

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjcdcdh@mpms.mp.br](mailto:caopjcdcdh@mpms.mp.br)

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 3998/2018-PGJ, DE 27.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 2205/2018-PGJ, de 28.6.2018, publicada no DOMP nº 1764, de 29.6.2018, com redação dada pela Portaria nº 3926/2018-PGJ, de 20.11.2018, publicada no DOMP nº 1862, de 22.11.2018, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, referente ao 2º semestre de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS Cel.: 98478-2122
26.11 (18h01min) a 3.12.2018 (7h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVO Cel.: 98478-2122
26.11 (18h01min) a 3.12.2018 (7h59min)	Ariadne de Fátima Cantú da Silva

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

### PORTARIA Nº 3997/2018-PGJ, DE 27.11.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 3670/2018-PGJ, de 31.10.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de novembro de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
15 a 18.11.2018	1ª PJ de Naviraí	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
15 a 18.11.2018	3ª PJ de Naviraí	Letícia Rossana P. F. Berto de Almada	98121-1881

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4018/2018-PGJ, DE 28.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, a serem usufruídos no período de 29.11 a 3.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4020/2018-PGJ, DE 28.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito as seguintes Portarias:

- Portaria nº 2746/2018-PGJ, de 9.8.2018, que concedeu ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa férias compensatórias, na parte referente ao período de 3 a 7 de dezembro de 2018;
- Portaria nº 2750/2018-PGJ, de 9.8.2018, que concedeu ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, na parte referente aos dias 10, 11, 12, 13 e 14.12.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3987/2018-PGJ, DE 26.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Karine Oliveira Souza do Amaral, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 46 (quarenta e seis) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 8.11.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso III do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4002/2018-PGJ, DE 27.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Luciano Paulo Portella, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 22.11.2018, em prorrogação, nos termos do inciso II do artigo 130, e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre a perícia médica oficial do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4004/2018-PGJ, DE 27.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor abaixo, de forma que, onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Geovani Lopes Marques	2015/2016	1º a 20.12.2018			22 a 31.7.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Geovani Lopes Marques	2015/2016	21.1 a 9.2.2019			25.7 a 3.8.2018

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4005/2018-PGJ, DE 27.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Karina Soares Loureiro, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 10 a 19.12.2018, a serem usufruídas no período de 1º a 10.4.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4006/2018-PGJ, DE 27.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 22.10.2018, as férias da servidora Juliana Santos Amaral, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, com a redação dada pela Portaria nº 2547/2018-PGJ, de 24.7.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 1º a 3.4.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 4007/2018-PGJ, DE 27.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 21.11.2018, as férias do servidor Rafael Assef Vieira, concedidas por meio da Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, e suas modificações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 22.2 a 1º.3.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**PAUTA PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 9 HORAS.**

**7. Processos das Comissões Permanentes:****7.1. Processo PGJ/10/2585/2018**

Requerente: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Assunto: Cessão de uso do imóvel do Ministério Público (antiga sede das Promotorias de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado) para o TRT-24ª Região.

**Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Antonio Siufi Neto, Presidente; Edgar Roberto Lemos de Miranda, Membro; e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Secretária.**

**7.2. Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000636-7**

Requerente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENASEMPE.

Assunto: Analisar a viabilidade de implementação de teletrabalho no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Antonio Siufi Neto, Presidente; Edgar Roberto Lemos de Miranda, Membro; e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Secretária.**

**7.3. Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002571-7**

Requerente: Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva– Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público.

Assunto: Resolução que regulamenta no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, o pagamento ao corpo docente, por aula proferida em curso da ESMP-MS.

**Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Antonio Siufi Neto, Presidente; Edgar Roberto Lemos de Miranda, Membro; e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Secretária.**

**8. Assuntos Institucionais:****8.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2018.00003310-6**

Requerente: Procurador-Geral de Justiça.

Assunto: Alteração da Resolução nº 005/14-PGJ para que se modifique o inciso IX do art. 4º, passando a constar o Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público na composição do Comitê de Gestão Estratégica.

**8.2. Minuta de Resolução que aprova o Planejamento Estratégico Setorial e o Plano Geral de Atuação 2019 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.**

**8.3. Ofício Circular nº 0027/2018/CGMP/MS, de 2.10.2018.** O Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva encaminha para conhecimento o relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral do MP durante o biênio 2016/2018.

**8.4. Memorando nº 44/2018/OUV, de 9.10.2018,** tendo em vista a previsão do artigo 6º, inciso XIV, da Resolução nº 001/2015-CPJ, de 16 de março de 2015, com redação dada pela Resolução nº 009/2017-CPJ, de 06 de outubro de 2017, o Ouvidor do MPE Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves encaminha a esse Órgão Colegiado Superior o **relatório estatístico referente às manifestações registradas no terceiro trimestre de 2018 nesta Ouvidoria.**

**8.5. Referendar a Portaria nº 3754/2018-PGJ, de 6.11.2018,** que concedeu ao Corregedor-Geral do Ministério Público Marcos Antonio Martins Sottoriva, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 31.10 e 1º.11.2018.

**8.6. Referendar a Portaria nº 3812/2018-PGJ, de 9.11.2018,** que concedeu ao Procurador-Geral de Justiça Paulo Cezar dos Passos, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1996, que foi usufruído no dia 14.11.2018.

**8.7. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos.** (Processo PGJ/10/3522/2018).

**8.8. Apreciação do Calendário das reuniões ordinárias do Colégio de Procuradores de Justiça do ano de 2019.**

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2018.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:**

**7.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre as seguintes designações: Portaria nº 3549/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2256/2016-PGJ, de 26.7.2016.

**Portaria nº 3550/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1474/2016-PGJ, de 19.5.2016.

**Portaria nº 3551/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Miguel Vieira da Silva e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação.

**Portaria nº 3552/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça João Albino Cardoso Filho e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1396/2016-PGJ, de 13.5.2016.

**Portaria nº 3553/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Ávila e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1253/2012-PGJ, de 20.8.2012.

**Portaria nº 3554/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação.

**Portaria nº 3556/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 431/2014-PGJ, de 14.3.2014.

**Portaria nº 3557/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Luís Alberto Safrainer e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação.

**Portaria nº 3558/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação.

**Portaria nº 3559/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1308/2017-PGJ, de 20.4.2017.

**Portaria nº 3561/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes delegando-lhe competência para officiar nos feitos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça, na área militar, perante o Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1421/2016-PGJ, de 16.5.2016.

**Portaria nº 3562/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf e indicá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, representar o Ministério Público Estadual na Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado de Mato Grosso do Sul, CEJAI/MS, para o biênio 2018/2020, nos termos dos artigos 2º, alínea “d”, e 4º, ambos da Portaria nº 126.661.082.0002/2015, de 29.1.2015, da

Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, TJMS, e do artigo 4º, inciso IV, da Resolução nº 119, de 25.3.2015, da Presidência do TJMS; e revogar a Portaria nº 564/2017-PGJ, de 20.2.2017, na parte que designou o Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi. **Portaria nº 3563/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda para, sem prejuízo de suas atribuições, coordenar a Gestão dos Estagiários de Direito, nível de graduação e de pós-graduação, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4247/2017-PGJ, de 7.12.2017.

**Portaria nº 3565/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Sergio Fernando Raimundo Harfouche e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, fomentar e disseminar o Programa de Conciliação para Prevenir a Evasão e Violência Escolar – ProCEVE – no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Portaria nº 3662/2018-PGJ, de 30.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, para desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, referendou as portarias acima referidas, sem ressalvas.**

## **7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

### **7.2.1. Processo com pedido de vista:**

#### **1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00005093-8**

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Recorrente: Rodrigo Martins Alcântara, Sociedade Brasileira de Dermatologia da Regional de Mato Grosso do Sul

Recorrida: Ana Carolina Barros

Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas pela farmacêutica Ana Carolina Barros em aplicar toxina botulínica, a qual só pode ser realizada por médicos e odontólogos, estes em caso eminentemente relacionado com a odontologia (interior da boca), sem cunho estético facial.

**Relatora: Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**

**Voto-vista: Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**

VOTO DA RELATORA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES COMETIDAS PELA FARMACÊUTICA A. C. B. EM APLICAR TOXINA BOTULÍNICA, A QUAL SÓ PODE SER REALIZADA POR MÉDICOS E ODONTÓLOGOS, ESTES EM CASO EMINENTEMENTE RELACIONADO COM A ODONTOLOGIA (INTERIOR DA BOCA), SEM CUNHO ESTÉTICO FACIAL - INTERESSE DA CLASSE DOS DERMATOLOGISTAS - INEXISTÊNCIA DE LESÕES AOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS - DANO AO CONSUMIDOR NÃO DEMONSTRADO - OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO N.º 1/CSMP - RECURSO NÃO PROVIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do presente procedimento afeta, especialmente, os interesses classistas dos dermatologistas, ora representados pela Sociedade Brasileira de Dermatologia Regional Mato Grosso do Sul, alegando que a profissional farmacêutica A. C. B. estaria realizando, incorretamente, procedimentos exclusivos dos profissionais da classe dos médicos dermatologistas e odontólogos, não sendo constatadas lesões aos interesses difusos ou coletivos que pudessem ensejar a atuação ministerial. Cumpre salientar que a fiscalização da atuação da farmacêutica A. C. B. é de competência do Conselho de sua categoria, no presente caso, do Conselho Regional de Farmácia, de acordo com o que estabelece o art. 10, da Lei nº 3.820/60, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia e dá outras providências. Sobre o tema, o Conselho Superior do Ministério Público Estadual editou o Enunciado n.º 01 orientando que os Conselhos de Fiscalização Profissional têm natureza de autarquia, e possuem legitimidade para propor ação civil pública, nos termos do artigo 5.º, inciso IV, da Lei n.º 7.347/85. Portanto, na qualidade de colegitimados para propositura de ação civil pública, os Conselhos Profissionais podem agir de modo eficaz na fiscalização de seus interesses, sem necessidade de se recorrer ao Ministério Público para tanto. Portanto, conclui-se que compete ao Conselho Regional de Farmácia fiscalizar a atuação da farmacêutica A. C. B., ou seja, se está realizando os procedimentos estéticos de forma irregular, em conformidade com o que estabelece o Enunciado n.º 1 do Conselho Superior do Ministério Público Estadual. Assim, vota-se pelo não provimento do recurso interposto e pela manutenção do arquivamento da Notícia de Fato.

VOTO-VISTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE NAVIRAÍ - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES COMETIDAS POR PROFISSIONAL FARMACÊUTICO TOCANTE À APLICAÇÃO DE TOXINA BOTULÍNICA - DESPROVIMENTO DO RECURSO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - DANO AO CONSUMIDOR NÃO DEMONSTRADO - INEXISTÊNCIA DE PROVAS DA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS INVASIVOS APÓS DECISÃO QUE DECLAROU A ILEGALIDADE DA



RESOLUÇÃO 573/2013. Recurso desprovido. Promoção de arquivamento homologada, haja vista que não restou comprovada lesão aos interesses difusos e coletivos, pois inexistem provas que constatem a realização, pela investigada, de procedimentos estéticos invasivos, após a concessão da antecipação de tutela, proferida no dia 10 de abril de 2018, que declarou a ilegalidade da Resolução 573/2013 do Conselho Federal de Farmácia, que autorizava o farmacêutico a realizar procedimentos dermatológicos estéticos. Não havendo, dessa forma, dano ao Consumidor. Ademais, a fiscalização da atuação dos profissionais farmacêuticos compete ao Conselho Regional de Farmácia, conforme artigo 10 da Leis 3.820/60, não justificando a atuação do “parquet”.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo improvimento do Recurso e pela manutenção da promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora com a concordância da detentora do voto-vista.**

## 7.2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

### 7.2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

#### 1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001285-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Cabeceira do Apa

Assunto: Apurar a existência de irregularidades jurídico-ambientais na Fazenda Cabeceira do Apa, de propriedade de Celso Zachert, localizada no município de Ponta Porã-MS.

EMENTA - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS - FAZENDA CABECEIRA DO APA - MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 38º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TACs celebrados no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando, assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado entre as partes, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003551-5, no SAJ/MP, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001294-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Fortuna

Assunto: Apurar a existência de irregularidades jurídico-ambientais na Fazenda Fortuna, de propriedade de Kaliln Mohamed Hazime Junior, Tathiane Garcia Boeira Hazime, Kamil Kalil Hazime, localizada no município de Ponta Porã-MS.

EMENTA - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - APURAR A EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICAS E AMBIENTAIS - FAZENDA FORTUNA - MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 38º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TACs celebrados no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado entre as partes, e já foi instaurado Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003548-1, no SAJ/MP, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000538-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar a existência de depósito clandestino de reciclagem de baterias, localizado na Alameda Sagrado Coração de Jesus, atrás do Posto Divisa, na Vila Santana, o qual estaria infringindo as normas de postura ambientais e a

incolumidade pública no município de Ponta Porã-MS.

EMENTA - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - DENÚNCIA – FUNCIONAMENTO CLANDESTINO DE GALPÃO DE RECICLAGEM - MATERIAL EXPOSTO A CÉU ABERTO - AUSÊNCIA DE LICENÇAS AMBIENTAIS E DE OPERAÇÃO - INCOLUMIDADE PÚBLICA - VISTÓRIAS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA- CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - COMPROVAÇÃO DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES - AUSÊNCIA DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou verificado através das vistórias realizadas pela Prefeitura Municipal de Ponta Porã, através da Secretaria de Vigilância Sanitária, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar Ambiental, que o responsável pelo depósito clandestino encerrou suas atividades, recolhendo os materiais jogados a céu aberto demonstrando que as atividades irregulares e insalubres que deram azo a instrução do presente inquérito civil, não mais persistem. Desse modo, constatou-se resolutividade na atuação do representante ministerial, vez que os danos ambientais denunciados foram sanados, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001111-2**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a existência de risco sanitário advindo da inadequação e precariedade da guarda de veículos apreendidos no pátio do 2º Distrito Policial de Ponta Porã/MS.

EMENTA - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - NOTÍCIA DE PRECARIEDADE DA GUARDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS NO PÁTIO DA 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE PONTA PORÃ/MS - INCOLUMIDADE PÚBLICA - PERIGO DE PROLIFERAÇÃO DE VEÍCULO *Aedes Aegypti* - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - VISTÓRIAS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA E MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - RETIRADA DOS VEÍCULOS IRREGULARES - ADEQUAÇÃO DO PÁTIO – AUSÊNCIA DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE - ADEQUAÇÃO DAS NORMAS SANITÁRIAS - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou verificado que as irregularidades concernentes a inadequação e precariedade da guarda dos veículos apreendidos no pátio da 2ª Delegacia de Polícia de Ponta Porã foram solucionadas, a partir da completa retirada dos veículos do pátio da Delegacia através da atuação da equipe de vigilância ambiental do município de Ponta Porã/MS e do MPE. Assim, os veículos sobressalentes foram encaminhados para o pátio da Empresa de Leilões On-line MS proporcionando desta forma o esvaziamento do pátio da unidade policial. Dessa forma, as irregularidades sanitárias que deram azo à instrução do presente inquérito civil, não mais persistem, constatando-se a resolutividade na atuação do representante ministerial, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001837-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência

Requerentes: Ministério Público Estadual e José Roberto da Costa

Requerido: José Arnaldo Ferreira de Melo – Prefeito Municipal de Inocência/MS

Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo na nomeação de diversos agentes públicos municipais.

EMENTA - PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PREFEITURA MUNICIPAL DE INOCÊNCIA/MS - DENÚNCIA APÓCRIFA - APURAR A EXISTÊNCIA DE NEPOTISMO OCORRIDO NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM SITUAÇÃO IRREGULAR - PRÁTICA DE NEPOTISMO COIBIDA - DEMAIS SERVIDORES EM SITUAÇÃO REGULAR - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE INIDONEIDADE MORAL E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Da análise dos elementos reunidos nos autos, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Pois, o executivo municipal de Inocência acolheu integralmente a Recomendação Ministerial, e, com intuito de coibir a prática de nepotismo, exonerou o único servidor que encontrava-se em situação irregular junto à administração pública municipal. Quanto aos demais servidores denunciados, restou apurado a ausência de indícios de inidoneidade moral ou de atos de nepotismo em suas contratações, vez que, apesar de possuírem parentesco com alguns vereadores ou agentes políticos do município de Inocência, o mesmo era acima do 3º grau colateral, e não infringia a Súmula Vinculante nº 13, e, principalmente, não se constatou parentescos entre as autoridades nomeantes e os respectivos servidores. Desse modo, encontra-se exaurida a atuação ministerial que fora eivada de resolutividade.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000223-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Assentamento Indaiá

Assunto: Apurar falta de curvas de nível em determinados lotes do Assentamento Indaiá, na zona rural de Itaquiraí/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO-AMBIENTE - DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE AUSÊNCIA DE CURVAS DE NÍVEIS – POSSIBILIDADE DE EROÇÃO - ASSENTAMENTO INDAIÁ - ITAQUIRAÍ -MS – DANO AMBIENTAL DE PEQUENA EXTENSÃO - PROPRIETÁRIOS PROMOVERAM A ADEQUAÇÃO DOS TALUDES DE CONTENSÃO DAS ÁGUAS PLUVIAIS - “SPONTE PROPRIA” - RELATÓRIO DE VISTORIA DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL COMPROVANDO A AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO RURAL – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Considerando que, a partir da iniciativa espontânea dos proprietários dos lotes que apresentavam problemas na contensão das águas pluviais no Assentamento Indaiá, os mesmos adotaram as providências pertinentes, com a construção de curvas de níveis e adequação dos taludes, que acabaram por solucionar o problema de erosão em sua totalidade, demonstrando a ausência de irregularidades e de danos ambientais no local. Assim, denota-se que o representante ministerial atuou com resolutividade, pois, não há subsídios fáticos capazes de embasar o prosseguimento das investigações, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002596-1**

25ª Promotoria da Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ótica Pinheiro

Assunto: Promover a regularidade jurídico-ambiental do estabelecimento comercial denominado Ótica Pinheiro.

EMENTA - 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - ÓTICA PINHEIRO - CONSUMIDOR - REGULARIDADE JURÍDICA-AMBIENTAL – CAPACITAÇÃO TÉCNICA - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC-Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003530-4 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**7.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:****1. Inquérito Civil nº 12/2003 - Anexo 25**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rogerio Valsani Sobrinho

Assunto: Apurar atual inexistência de mata ciliar e/ou averbação da reserva legal nas propriedades localizadas às margens do rio Formoso, bem assim pela realização de atividade em áreas de preservação permanente em desacordo com a legislação ambiental e eventuais danos ambientais ocorridos nas referidas propriedades.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A INEXISTÊNCIA DE MATA CILIAR E/OU AVERBAÇÃO DA RESERVA LEGAL NAS PROPRIEDADES LOCALIZADAS ÀS MARGENS DO RIO FORMOSO, BEM COMO PELA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS, EM BONITO/MS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00001578-5 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001578-5– fl. 522), razão pela qual deve ser

homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

## **2. Inquérito Civil nº 43/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Severino Stamborouski e outros

Assunto: Apurar eventual conservação de solo, inexistência/irregularidades de licença, reserva legal a recompor, degradação de área em APP.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL CONSERVAÇÃO DE SOLO, INEXISTÊNCIA/IRREGULARIDADE DE LICENÇA, RESERVA LEGAL A RECOMPOR, DEGRADAÇÃO DE ÁREA EM APP EM BONITO/MS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00001287-7 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001287-7 – fl. 390), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

## **3. Inquérito Civil nº 9/2008**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Abastecedora Nova Alvorada Ltda. (posto Jumbo), Ismael Batista e Cia Ltda. (posto Gauchão), J. D. da Silva e Cia Ltda. (auto Posto Caminhoneiro)

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta assinado entre os requeridos e está Promotoria de Justiça.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ASSINADO ENTRE OS REQUERIDOS E A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00003772-4, PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003772-4, instaurado em 05.10.2018), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

### **7.2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000048-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual tráfico de influência e ato de improbidade administrativa praticados pelo Prefeito Municipal e Vereadores deste Município, no que se refere a favorecimentos e compras de voto para eleger o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Márcio Teles.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - COMPRA DE VOTOS DE VEREADORES - DILIGÊNCIAS FALTANTES - APURAR A OCORRÊNCIA DE CORRUPÇÃO POR PARTE DE VEREADORES DE DEODÁPOLIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - NÃO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que conforme declarações prestadas, bem como fotografias de conversas pelo aplicativo *whatsapp*, há indícios do cometimento de improbidade administrativa por parte de vereadores de Deodápolis, necessitando maior apuração na esfera policial, afim de elucidar os fatos narrados. Desse modo, voto pela NÃO homologação da promoção de

arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para que realize as diligências aqui estabelecidas.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.***

## **2. Inquérito Civil nº 7/2015**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual

Requeridas: Construtora Macopel Ltda., MC Construções e Serviços Ltda.-EPP e Lopes & Cordeiro Ltda. - EPP

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública praticado pelas empresas Lopes & Cordeiro Ltda. EPP, Construtora Macopel Ltda. e MC - Construções e Serviços Ltda. EPP e por servidores e/ou agentes políticos a apurar, consistente na suposta prática de fraude em procedimentos licitatórios nos anos de 2013 a 2015 com o intuito de favorecer as respectivas empresas nos certames cujos objetos são obras e serviços de engenharia na cidade de Rio Brilhante/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA A CONTRATAÇÃO DE CONSTRUTORAS - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos autos que não se constatou qualquer irregularidade nos processos licitatórios ou a ocorrência de acordo entre as empresas para que houvesse exclusividade nas contratações. De igual modo, as divergências nos endereços das sedes não ocorreram de maneira intencional, tendo em vista que a Prefeitura de Rio Brilhante foi comunicada por ofício sobre as mudanças de endereço. Ademais, as correspondências foram endereçadas ao escritório de contabilidade e para a residência do sócio responsável. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **7.2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001344-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Carlos Cabral Francisco

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na propriedade do senhor José Carlos Cabral Francisco, em Bela Vista-MS, em razão da extração ilegal de madeira, sendo 19 (dezenove) árvores de essência aroeira derrubadas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE BELA VISTA – DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA NO ASSENTAMENTO CARACOL - LOCAL DE PROPRIEDADE DO INCRA - DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE DA UNIÃO APLICAÇÃO DO ART. 109, INCISO I, DA CF - DECLÍNIO DAS ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - HOMOLOGADO - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 16/2017/CSMP. Da análise dos autos, constou a ocorrência de dano ambiental em área de propriedade da União, haja vista o Assentamento Caracol, local em que ocorrera a extração ilegal de madeira aroeira, tratar-se de propriedade da autarquia federal INCRA. Desse modo, uma vez demonstrado interesse da União (art. 109, inciso I, da CF), revela-se escorreita a remessa do alusivo procedimento ao Ministério Público Federal, aplicando-se assim o Enunciado n. 16/2017/CSMP.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **7.2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001133-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa do Secretário Municipal de Saúde de Bandeirantes/MS, conforme narrado em manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BANDEIRANTES - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTES/MS, CONFORME NARRADO EM MANIFESTAÇÃO REGISTRADA PERANTE A OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES CARGO POLÍTICO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verificou-se que o servidor, Paulo Henrique Tognini, foi nomeado para o cargo de Secretário Municipal de Saúde, classificado

como agente político, portanto, é dispensado do registro diário de frequência. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001766-8 - SIGILOSO**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000267-9**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar falta de estrutura de UBSF Aero Itália.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - SAÚDE PÚBLICA - APURAR A FALTA DE PROFISSIONAIS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E INSUMOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA AERO ITÁLIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - IRREGULARIDADES SANADAS. Arquivamento justificado. Comprovação de adoção pelo Município das medidas necessárias para resolução da falta de estrutura de pessoal e de equipamentos da UBSF Aero Itália. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000363-7**

1ª Promotoria da Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar infringência às normas de postura municipal e sanitárias relativas à limpeza de empreendimento comercial, tipo borracharia, especialmente como meio preventivo à proliferação das doenças causadas pelo vetor *Aedes Aegypti*, considerando o que foi determinado por meio do Decreto Municipal n. 7.252, de 11/01/2016, bem como investigar a observância de sistema de logística reversa conforme previsto no inciso III do artigo 33 da Lei 12.305/2010. EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - MEIO AMBIENTE - APURAR INFRINGÊNCIA ÀS NORMAS DE POSTURA MUNICIPAL E SANITÁRIAS RELATIVAS À LIMPEZA DE EMPREENDIMENTO COMERCIAL, TIPO BORRACHARIA, ESPECIALMENTE COMO MEIO PREVENTIVO À PROLIFERAÇÃO DAS DOENÇAS CAUSADAS PELO VETOR *Aedes Aegypti*, CONSIDERANDO O QUE FOI DETERMINADO POR MEIO DO DECRETO MUNICIPAL N. 7.252, DE 11/01/2016, BEM COMO INVESTIGAR A OBSERVÂNCIA DE SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA CONFORME PREVISTO NO INCISO III DO ARTIGO 33 DA LEI 12.305/2010 - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado mediante a comprovação do regular funcionamento do empreendimento através da juntada dos alvarás do Corpo de Bombeiros e de Funcionamento válidos e da correta destinação para os pneus inservíveis. Irregularidades sanadas. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001132-3**

25ª Promotoria da Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Uara Laissa Alem da Silva

Assunto: Apurar eventual irregularidade no funcionamento do estabelecimento Terra do Nunca Bar, antigo “Uzina Casa de Shows”, no que diz respeito a falta das devidas certificações dos órgãos competentes.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO TERRA DO NUNCA BAR, ANTIGO “UZINA CASA DE SHOWS”, NO QUE DIZ RESPEITO A FALTA DAS DEVIDAS CERTIFICAÇÕES DOS ÓRGÃOS COMPETENTES - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Comprovação do regular funcionamento do empreendimento pela juntada aos autos do Certificado nº 0723/1ºGBM/2018 expedido pelo Corpo de Bombeiros válido até 01/01/2019. Irregularidades sanadas. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**7.2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000484-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Itaquiraí

Assunto: Apurar a notícia de eventual lesão ao erário público, tendo em vista a existência de possíveis irregularidades nas avaliações de imóveis realizadas pelo setor de arrecadação do Município de Itaquiraí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A NOTÍCIA DE EVENTUAL LESÃO AO ERÁRIO PÚBLICO, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NAS AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS REALIZADAS PELO SETOR DE ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAQUIRAÍ - OBJETO ESGOTADO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - NÃO CONFIGURADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, não foram constatadas irregularidades nas avaliações de imóveis realizadas pelo Município de Itaquiraí, uma vez que tais avaliações são realizadas de acordo com a Lei nº 51/2011, que dispõe sobre a planta genérica de valores dos imóveis urbanos e dá outras providências, não havendo falar em lesão ao erário municipal no caso em apreço. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001119-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Superintendência do IBAMA no Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alair Ribeiro Fernandes

Assunto: Apurar eventual supressão de 35,81 hectares de vegetação nativa, Bioma Mata Atlântica, ocorrida na Fazenda Santa Rita, neste Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL SUPRESSÃO DE 35,81 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, BIOMA - MATA ATLÂNTICA, OCORRIDA NA FAZENDA SANTA RITA, NESTE MUNICÍPIO - IRREGULARIDADES SANADAS - INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - IMÓVEL RURAL DEVIDAMENTE INSCRITO NO CAR/MS - OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 10 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatado que as irregularidades inicialmente observadas foram devidamente sanadas, porquanto em vistoria realizada na propriedade em questão pela Polícia Militar Ambiental concluiu-se que a área que foi degradada está em processo de regeneração pela vegetação nativa, e se encontra cercada e preservada, restando comprovado que o proprietário está cumprindo com as exigências ambientais impostas. Além disso, não foram constatados outros danos ambientais no local. Ressalta-se, outrossim, que a Fazenda Santa Rita se encontra devidamente inscrita no Cadastro Ambiental Rural CARMS n.º 13835. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001817-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de possível degradação em área de vegetação próxima à cachoeira Macaúba, localizada no município de Alcinópolis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR NOTÍCIA DE POSSÍVEL DEGRADAÇÃO EM ÁREA DE VEGETAÇÃO PRÓXIMA À CACHOEIRA MACAÚBA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS - IRREGULARIDADES SANADAS - INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - IMÓVEL RURAL DEVIDAMENTE INSCRITO NO CAR - OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 10 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatado que as irregularidades inicialmente observadas foram devidamente sanadas, porquanto o requerido promoveu as adequações necessárias na propriedade rural construindo caixas de contenções, realizando o isolamento da área mediante instalação de cerca, em atendimento à notificação nº 3255. A construção em alvenaria e tubulação foi removida, bem como foi apresentado o PRADA, não sendo observada nenhuma degradação ambiental na propriedade. Ressalta-se, outrossim, que a Fazenda São José se encontra devidamente inscrita no Cadastro Ambiental Rural CARMS n.º 42364 (fls. 147/148). Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

**4. Inquérito Civil nº 158/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nilo Garces da Costa

Assunto: Apurar eventual inexistência/irregularidades de licença, conservação de solo, reserva legal a recompor, degradação de área em APP, edificações em APP.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES DE LICENÇA, CONSERVAÇÃO DE SOLO, RESERVA LEGAL A RECOMPOR, DEGRADAÇÃO E EDIFICAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução n.º 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem informou que instaurou o Procedimento Administrativo n.º 09.2018.0000157-6, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

**5. Inquérito Civil nº 50/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura de Três Lagoas quanto à responsabilização da empresa que edificou o novíssimo Ginásio Poliesportivo Professor Eduardo Milanez a cifras milionárias, obra que foi afetada e causou danos à população em razão de uma intempérie consistente em chuva com vento que, segundo informou a própria municipalidade, não passou de 86 km/h.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL OMISSÃO DA PREFEITURA DE TRÊS LAGOAS QUANTO À RESPONSABILIZAÇÃO DA EMPRESA QUE EDIFICOU O NOVÍSSIMO GINÁSIO POLIESPORTIVO PROFESSOR EDUARDO MILANEZ A CIFRAS MILIONÁRIAS, OBRA QUE FOI AFETADA E CAUSOU DANOS À POPULAÇÃO EM RAZÃO DE UMA INTEMPÉRIE CONSISTENTE EM CHUVA COM VENTO QUE, SEGUNDO INFORMOU A PRÓPRIA MUNICIPALIDADE, NÃO PASSOU DE 86 KM/H – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, não restaram configurados atos de improbidade administrativa no caso em apreço, pois, a administração pública municipal adotou as medidas cabíveis a fim de solucionar a questão com o ajuizamento de Ação Ordinária n.º 0805609-96.2016.8.12.0021 em face da construtora Atlhon – Construções e Incorporações Ltda, pleiteando a realização dos reparos necessários na obra do Ginásio Poliesportivo Professor Eduardo Milanez. Ademais, cumpre salientar que a má-fé e dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento, uma vez que não restou configurada omissão por parte da Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Por fim, ressalta-se que não foi constatado dano coletivo em razão do destelhamento do Ginásio em questão, sendo registrada apenas a reclamação de um munícipe que não comprovou a lesão causada, tendo, portanto, desistido de solicitar ressarcimento do poder público municipal. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

**7.2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:****1. Inquérito Civil nº 7/2013**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Auto Posto Bonanza 2

Assunto: Apurar a instalação e operação do empreendimento Auto Posto Bonanza 2, a fim de fiscalizar se o aludido estabelecimento está instalado e operando sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – COMARCA DE ÁGUA CLARA - APURAR A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DO EMPREENDIMENTO AUTO POSTO BONANZA – MEDIDAS ADOTADAS PELO REQUERIDO – PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO



HOMOLOGADA. As medidas a serem adotadas pelo Requerido para regularização do Auto Posto Bonanza 2 assim o foram. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

## **2. Inquérito Civil nº 3/2015**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas/MS

Assunto: Apurar possíveis irregularidades consistentes na omissão do município de Sete Quedas no que tange ao transporte escolar de criança na área rural.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE SETE QUEDAS – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUANTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DE CRIANÇAS NA ÁREA RURAL – FALTA DE RECURSO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO – ACESSO À EDUCAÇÃO – DIREITO FUNDAMENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o direito à educação não está sendo garantido de forma satisfatória pelo Município de Sete Quedas, pois os veículos que realizam o transporte escolar não possuem equipamentos de segurança para as crianças (cadeirinhas) e não possuem monitores. Retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para acatamento das diligências sugeridas. Vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto da Relatora.***

## **3. Inquérito Civil nº 10/2016**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Francisco

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental na área de preservação permanente da fazenda São Francisco localizada neste Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – APURAR DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APRESENTAÇÃO DE PRADA - COMPROVADA INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL NO CAR/MS – ENUNCIADO Nº 10/2017 CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. As medidas a serem adotadas pelo Requerido para recuperar a área degradada em sua propriedade assim o foram. Juntada do comprovante de inscrição da propriedade no CAR/MS. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

## **4. Inquérito Civil nº 7/2017**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual negativa de acesso a atendimento médico a Iliuska Jaffer Jorge de Oliveira no Hospital João Darci Bigaton em 08/02/2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO - APURAR EVENTUAL NEGATIVA DE ACESSO A ATENDIMENTO MÉDICO NO HOSPITAL JOÃO DARCI BIGATON – MEDIDAS ADOTADAS – PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que o nosocômio trata de pessoa jurídica de direito privado, e a presidência do hospital rescindiu o contrato de trabalho da diretora administrativa. A paciente realizou os exames médicos necessários na Unidade Básica de Saúde. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

### **7.2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 18/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal de Aquidauana/MS, Moacir Pereira de Melo, Paulo Cesar Rodrigues dos Reis, Waldemar dos Reis, Wilson Vicente Ferreira

Assunto: Apurar suposta irregularidade no pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Aquidauana a alguns vereadores do Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AQUIDAUANA – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO DE DIÁRIAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA A ALGUNS VEREADORES DO MUNICÍPIO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – RECOMENDAÇÃO CUMPRIDA – IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS – ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE Comprovou-se nos autos o cumprimento da recomendação ministerial mediante revogação da Resolução 006/2001 e promulgação da Lei Municipal 2.564/2018 que passou a disciplinar pormenorizadamente o processo de pagamento e de prestação de contas das diárias. Não restou cabalmente comprovada a ausência dos vereadores no evento e o recebimento indevido das diárias. Instaurou-se procedimento administrativo para acompanhar a investigação interna realizada pela Câmara Municipal no que tange ao recebimento das diárias. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

## **2. Inquérito Civil nº 34/2014**

5ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário-AGEPEN e o Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Buscar soluções para o não encerramento das atividades do Estabelecimento Prisional Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e Albergado de Ponta Porã, visando precipuamente que as internas continuem cumprindo as penas em estabelecimento prisional. Buscar soluções quanto à estrutura inadequada do prédio que hoje abriga as internas no que diz respeito à falta de segurança do prédio, condições mínimas de higiene nos banheiros e cozinha, ausência de enfermaria, e de local para trabalho, visando assegurar que o estabelecimento prisional em questão atenda às condições mínimas e necessárias para que as internas cumpram suas penas privativas de liberdade de forma digna.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PONTA PORÃ/MS – CIDADANIA - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES ESTRUTURAIS NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL FEMININO DE REGIME SEMIABERTO, ABERTO E ALBERGADO DE PONTA PORÃ, A FIM DE ASSEGURAR O ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES MÍNIMAS E NECESSÁRIAS PARA QUE AS INTERNAS CUMPRAM SUAS PENAS DE FORMA DIGNA – IRREGULARIDADES SANADAS – INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO DO PODER PÚBLICO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de que as irregularidades estruturais inicialmente constatadas no estabelecimento prisional feminino de regime Semiaberto, Aberto e Albergado de Ponta Porã foram devidamente sanadas, havendo, atualmente, condições adequadas ao seu pleno funcionamento. Não restou constatada nenhuma omissão do Poder Público frente ao atendimento das condições básicas do estabelecimento prisional.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

## **3. Inquérito Civil nº 9/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aristeu Alceu Carbonaro, fazenda Rio Formoso

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 1,5458 hectares sem a devida autorização ambiental do órgão competente, na propriedade denominada fazenda Rio Formoso.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL SUPRESSÃO VEGETAL DE 1.5458 HECTARES SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DO ÓRGÃO COMPETENTE, NA PROPRIEDADE DENOMINADA FAZENDA RIO FORMOSO – CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS – ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE O TAC celebrado atende à defesa dos interesses tutelados neste inquérito civil, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

Campo Grande, 28 de novembro de 2018.

LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA

Procuradora de Justiça

Secretária *ad hoc* do Conselho Superior do MP

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003732-4*

**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 003/CGMP/CAOCRIM/2018, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018.**

*Dispõe sobre a importância de o Promotor de Justiça Criminal, em sede de alegações finais, discorrer sobre as circunstâncias judiciais objetivas e subjetivas da infração penal praticada, posicionando-se a respeito da dosimetria da pena e do regime prisional a ser estabelecido, no caso de eventual condenação.*

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio de seu Corregedor-Geral, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 17 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, pelos arts. 16, caput, e 18, X, ambos da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 145, de 22 de abril de 2010, e pelo art. 2º, inciso IV, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS E DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL, por intermédio de sua Coordenadora, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e na Resolução nº 017/2012-PGJ, de 3 de maio de 2012,

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal, a individualização da pena é garantia individual;

CONSIDERANDO que a individualização da pena deve ser realizada na forma do art. 59<sup>1</sup> do Código Penal e, quanto aos crimes definidos no Capítulo II da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), nos moldes do que dispõe o art. 42<sup>2</sup> desta lei, seguindo, em ambos os casos, o modelo trifásico de que trata o art. 68<sup>3</sup> do Código Penal;

CONSIDERANDO que cada circunstância judicial deve ser objeto de análise pelo Magistrado, como corolário do comando encartado no art. 93, IV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, para autorizar a majoração da pena ou a imposição de regime mais gravoso de cumprimento de pena, não se admitem referências vagas, genéricas e desprovidas de apoio no caso concreto, sob pena de a motivação ser considerada inidônea, conforme entendimento sumulado dos Tribunais Superiores sobre a matéria<sup>4</sup>;

CONSIDERANDO, ainda, que o Ministério Público, por ser o titular privativo da ação penal pública, conforme dispõe o art. 129 da Constituição Federal de 1988, deve buscar a responsabilização criminal da forma mais diligente possível, pleiteando, ao cabo da instrução criminal e por ocasião das alegações finais, escritas ou orais, de forma expressa, que o julgador reconheça, diante do caso concreto, as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal que possam interferir na elevação da pena-base e/ou no estabelecimento de regime de cumprimento de pena mais gravoso;

CONSIDERANDO que a abordagem ministerial sobre o tema, ainda na fase de alegações finais, permitirá o debate acerca dessa temática no Tribunal de Justiça e nos Tribunais Superiores, por meio dos respectivos recursos, em caso de discordância do Parquet quanto à mensuração da pena feita pelo Juiz de 1º grau,

<sup>1</sup> “Art. 59. O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I - as penas aplicáveis dentre as cominadas; II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.”

<sup>2</sup> “Art. 42. O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.”

<sup>3</sup> “Art. 68. A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento. Parágrafo único - No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.”

<sup>4</sup> STF, Súmula 718: “A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.”

STF, Súmula 719: “A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige fundamentação idônea.”

STJ, Súmula 443: “O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.”

RECOMENDAM aos membros do Ministério Público com atuação na seara criminal, resguardado o princípio institucional da independência funcional, sem caráter vinculativo:

Art. 1º Manifestar-se expressamente, por ocasião da apresentação das alegações finais, sobre:

I - as circunstâncias judiciais, atenuantes e agravantes, causas de aumento ou diminuição de pena;

II - as circunstâncias preponderantes previstas na Lei nº 11.343/2006, no contexto da infração penal objetivamente analisada, apontando as margens de pena mínima e máxima para aplicação da pena;

III - os motivos concretos para a fixação de regime prisional mais gravoso que o permitido pela pena abstratamente estabelecida, segundo os parâmetros do art. 33, § 2º, da Lei nº 11.343/2006.

Art. 2º Verificar, na fase da dosimetria da pena, se a sentença condenatória observou a pretensão acusatória, nos termos do dispositivo antecedente.

Art. 3º Opor embargos de declaração, se identificar obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão na sentença, especialmente quando houver prequestionamento quanto à matéria jurídica debatida, apontando, de forma clara e objetiva, as circunstâncias judiciais, atenuantes, agravantes, causas de diminuição ou de aumento de pena e/ou o regime prisional, consoante dispõem os arts. 382 e 619, ambos do Código de Processo Penal;

Art. 4º Apelar da sentença condenatória, nos casos em que pena aplicada contrariar a pretensão acusatória referente à dosimetria da pena, bem como prequestionar a matéria, para fins de eventual interposição de recursos especial e/ou extraordinário às Cortes Superiores.

Art. 5º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA

Corregedor-Geral do Ministério Público

NILZA GOMES DA SILVA

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial

## ESCOLA SUPERIOR

### AVISO Nº 040/2018 - DOURADOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, **CONVOCA** os candidatos aprovados no I PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DAS PROMOTORIAS DE DOURADOS, homologado por meio do Aviso Nº 001/2016-CEAF-DOURADOS, de 13 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Ministério Público nº 1418, de 14 de dezembro de 2016, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

E para que todos tomem ciência, informa a seguir os candidatos convocados, a relação de documentos, a data e o local onde deverão ser entregues.

#### 1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE DOURADOS

Os candidatos aprovados, acadêmicos do curso de direito, deverão entregar a documentação na sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio - Dourados/MS - Telefones (67)3902-2800 – Fax: 3902-2809, no dia e horários mencionados no quadro abaixo.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO - Dourados - Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05.12.2018	08h às 11h	LUIZ ARYPES MARCONDES MONTEIRO	71
05.12.2018	08h às 11h	FERNANDA ESPINDOLA GOMES	72

#### 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o <u>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</u> ;
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7.	Atestado de exame ABO-RH;
8.	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil ( <u>exceto poupança</u> );
9.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10.	Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

Cumpra observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2016-CEAF-DOURADOS, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 2.2, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 03 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br)

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até a sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada à rua João Corrêa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio - Dourados/MS.

Campo Grande, 27 de novembro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 027/2018-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Presidente da Comissão do XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, TORNA PÚBLICA a:

**DESISTÊNCIA** da vaga de estagiário do candidato **RAYSON DE OLIVEIRA E SILVA**, aprovado em 1º lugar no referido Processo de Seleção, do curso de Engenharia Elétrica, nível graduação, turno vespertino, para comarca de Campo Grande.

**DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiária das candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no referido Processo de Seleção, nos termos do item 7 do Capítulo X – Da Convocação e Admissão – do Edital nº 001/2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionadas em último lugar na fila dos aprovados:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
Corumbá	Ensino Médio	Elis Carvalho Silva Cardoso	3º	AVISO Nº 022/2018-GED
Ivinhema	Ensino Médio	Joicy de Jesus Crippa	1º	AVISO Nº 022/2018-GED

**DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no referido Processo de Seleção, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados em Aviso de Convocação publicados no DOMP-MS.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
Bonito	Ensino Médio	Wendel Augusto Dias Ferreira	3º	AVISO Nº 022/2018-GED
Corumbá	Ensino Médio	Maria Eduarda Souza Guilhen	2º	AVISO Nº 018/2018-GED
Três Lagoas	Ensino Médio	Vinícius Tavares Gomes	2º	AVISO Nº 018/2018-GED

**INDEFERIMENTO DA ADMISSÃO** da candidata **VITHORIA FETTER MENEZES**, aprovada em 3º lugar no referido Processo de Seleção, do curso de Serviço Social, nível graduação, turno vespertino para comarca de Campo Grande, em razão da ausência de documentos obrigatórios listados no Aviso de Convocação nº 022/2018-GED, publicado no DOMP-MS nº 1850, de 1º de novembro de 2018 e nos termos do item 13 do Capítulo X – Da Convocação e Admissão – do Edital nº 001/2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018

Campo Grande, 27 de novembro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão

**AVISO Nº 028/2018-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Presidente da Comissão do XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, **CONVOCA** os candidatos aprovados para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados nos itens 13 e 14, capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, no item 2 desse aviso.

**1.1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE CAMPO GRANDE**

LOCAL: Secretaria de Recursos Humanos - SERH, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo

**ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
10/12/2018	10h	VALÉRIA ROSA DA COSTA DA SILVA	1º

**ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO****TURNO MATUTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
10/12/2018	10h	GABRIEL BARBOSA DA SILVA	6º

**ENGENHARIA CIVIL - NÍVEL GRADUAÇÃO****TURNO MATUTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
10/12/2018	10h	FERNANDA NANDES RIBEIRO	1º

**SEGURANÇA DO TRABALHO – NÍVEL GRADUAÇÃO****TURNO MATUTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
10/12/2018	10h	IRENE DOS SANTOS SILVA	1º

**ARQUITETURA E URBANISMO - NÍVEL GRADUAÇÃO****TURNO VESPERTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
10/12/2018	14h	NATHALIA SAAD DO AMARAL	1º

**ENGENHARIA AMBIENTAL OU SANITÁRIA– NÍVEL GRADUAÇÃO****TURNO VESPERTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
10/12/2018	14h	JOÃO VICTOR SANTANA CORRÊA DA SILVA	1º
10/12/2018	14h	LUIZ FELIPE LIMA BRAZ	2º

**ENGENHARIA ELÉTRICA – NÍVEL GRADUAÇÃO****TURNO VESPERTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
10/12/2018	14h	GUSTAVO VARGAS DE SOUZA	2º

**SERVIÇO SOCIAL – NÍVEL GRADUAÇÃO****TURNO VESPERTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
10/12/2018	14h	AMANDA MONTEIRO GOMES DA SILVA	4º

**1.2. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE ANAURILÂNDIA**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Anaurilândia, situada na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Anaurilândia-MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05/12/2018	14h	HIGOR GERALDO THOMAZINI	1º

**1.3. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE BELA VISTA**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Bela Vista, situada na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, Bela Vista - MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05/12/2018	14h	EVANDRO VEIGA	1º

**1.4. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE BONITO**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Bonito, situada na Rua Lúcia Borralho, Vila Donária, Bonito - MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05/12/2018	14h	ARTHUR AUGUSTO MARQUES BARROS	4º

**1.5. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMAPUÃ**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Camapuã, situada na Rua Ferreira da Cunha, nº 472, Vila Diamantina, Camapuã - MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05/12/2018	14h	EDUARDO KALEB SILVA FRANÇA	1º
05/12/2018	14h	VICTOR DANIEL DE CARVALHO COSTA	2º

**1.6. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CASSILÂNDIA**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Cassilândia, situada na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, Alto Izanópolis, Cassilândia - MS.

**DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05/12/2018	09h	SAMUEL BARBOSA MACHADO	3º
05/12/2018	09h	KETLEY GOMES MORAIS SILVA	4º
05/12/2018	09h	OTAVIO BERETTA MARQUES MOREIRA	5º

**1.7. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CORUMBÁ**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Corumbá, situada na Rua América, 1880, Centro – Corumbá - MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05/12/2018	14h	BEATRIZ MARTINEZ DA SILVA LEMOS	4º

**1.8. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE FÁTIMA DO SUL**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, situada na Rua Ipiranga, 810, Jardim Primavera – Fátima do Sul - MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05/12/2018	14h	JOÃO PAULO DE CASTRO SOUZA	1º
05/12/2018	14h	RAQUEL VASCONCELOS NEVES	2º

**1.9. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE IVINHEMA**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Ivinhema, situada na Praça dos Poderes, 900, Vitória – Ivinhema - MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05/12/2018	14h	GIOVANA CORADINI FACCINA	3º

**1.10. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE NOVA ANDRADINA**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Nova Andradina, situada na Rua São José, nº 564, Centro – Nova Andradina - MS.



**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05/12/2018	14h	EMANUEL NUNES ARAÚJO DO NASCIMENTO	2º
05/12/2018	14h	EMILLY DE SOUZA LIMA BATISTA	3º

**1.11. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE PARANAÍBA**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Paranaíba, situada na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica – Paranaíba - MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05/12/2018	14h	RAFAEL VINICIUS SANTOS QUEIROZ	1º
05/12/2018	14h	ANA CAROLINA MARQUES MANGUEIRA DE SOUZA	2º

**1.12. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE SONORA**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Sonora, situada na Rua Três de junho, nº 90, Centro – Sonora - MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05/12/2018	14h	JOSÉ LUCAS SILVA MAYER	1º
05/12/2018	14h	ESTHER DE ANDRADE VALDEZ	2º

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:**

2.1. Para admissão, o candidato de Nível Superior/Graduação e de Nível de Ensino Médio deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o <u>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</u> ;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidões criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil ( <u>exceto poupança</u> );
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10	Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político;
*12	Diploma em curso Nível Superior – Graduação;
*13	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, em curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

(\*) Documentos específicos para estagiários de nível de pós-graduação.

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no Edital nº 001/2018-GED, no capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br) para os candidatos ao estágio do curso de Direito e [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br), para os candidatos dos demais cursos.

Campo Grande, 27 de novembro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA  
Procurador de Justiça  
Presidente da Comissão

### EDITAL N° 010/2018-PJCAARAPÓ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Caarapó, nos termos da Resolução n° 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. n° 2.247, de 30.7.2010, c.c. as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual n° 133, de 15 de abril de 2009, e do **EDITAL N.º 001/2016**, convoca o candidato aprovado **JOÃO PEDRO MARTINEZ PARRA**, para apresentação da documentação anexa (art. 31, § 1º da Resolução n.º 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação oficial deste.

Caarapó, 27 de novembro de 2018.

ARHTUR DIAS JUNIOR  
Promotor de Justiça

### ANEXO

#### DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO:

- I – Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre, número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;
- III – atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV – certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V – declaração pessoal de ausência de impedimentos previstos no art. 50 da Resolução n. 015/2010-PGJ;
- VI – declaração pessoal de não acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII – atestado de exame ABO-RH;
- VIII – número da agência e da conta corrente do Banco do Brasil;
- IX – 2 fotografias coloridas 3x4 recentes;
- X – Ficha de cadastro preenchida em todos os campos e assinada.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO SRP

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial n° 40/PGJ/2018 (Processo n° PGJ/10/3574/2018).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de água mineral envasada e gás liquefeito de petróleo (botijão de 13 Kg), para atender às Promotorias de Justiça da Capital.

Vencedora/Preços Registrados: Comercial Missões Ltda. – ME: lote I – R\$15,60, com os seguintes valores unitários por item: 1 (R\$7,76), 2 (R\$ 5,76), 3 (R\$0,16) e 4 (R\$ 1,92); e lote II – R\$ 68,00, com item único.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 28 de novembro de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz  
Pregoeira/PGJ

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 - SRP (Processo nº PGJ/10/3524/2018).

Objeto: Registro de Preço unitário para eventual aquisição de materiais permanentes (aparelhos eletrodomésticos, eletroportáteis e mobiliário), para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras/Preços Registrados: LLima Comércio e Serviços Ltda. – EPP, os itens 1 (R\$ 2.177,00) e 10 (R\$ 889,00); Topclima Sistemas de Refrigeração Eireli – EPP, os itens 6 (R\$ 415,00), 8 (R\$ 400,00), 9 (R\$ 400,00) e 16 (R\$ 190,00); Harmonia Serviços Administrativos Eireli – ME, o item 2 (R\$ 3.099,95); Diluz Comércio de Materiais Elétricos Ltda. – EPP, o item 15 (R\$ 153,00); Márcia Cristina Maciel da Silva – ME, os itens 11 (R\$ 46,50), 12 (R\$ 105,00) e 17 (R\$ 2.585,00); RR Nogueira Comércio e Representações Eireli – EPP, os itens 5 (R\$ 1.370,00), 13 (R\$ 3.995,00), 25 (R\$ 150,00) e 27 (R\$ 89,90); Comercial T&C Ltda., os itens 3 (R\$ 757,00), 7 (R\$ 22,60), 18 (R\$ 1.760,00), 22 (R\$ 118,00), 23 (R\$ 128,00) e 24 (R\$ 373,00); Habitar Comércio em Geral e Serviços Eireli – ME, os itens 4 (R\$ 1.700,00) e 14 (R\$ 1.997,00); e Comercial K & D Ltda. – EPP os itens 19 (R\$ 69,00), 20 (R\$ 2.020,00), 21 (R\$ 91,00) e 26 (R\$ 101,00).

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 28 de novembro de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 42/PGJ/2018 - Processo nº PGJ/10/3609/2018.

Objeto: Contratação de empresa(s) para o fornecimento de licenças perpétuas de softwares EMS SQL Management Studio for Oracle (business), EMS SQL Management Studio for PostgreSQL (business), com garantia, atualização e suporte pelo período de, no mínimo, 3 (três) anos, para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras: Targetware Informática Ltda., para o item 1, no valor total de R\$17.790,00, e L3 Informática Ltda. - EPP para o item 2, no valor total de R\$19.000,00.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do edital.

Campo Grande, 28 de novembro de 2018.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO SRP**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 44/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/3658/2018).

Objeto: Registro de Preço unitário para eventual aquisição de materiais para instalações hidrossanitárias - esgoto (tubo em pvc, luva simples, caixa sifonada, porta grelha, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedora/Preços Registrados: J4 Serviços e Negócios Múltiplos Eireli – ME: itens 1 (R\$28,50), 2 (R\$28,50), 3 (R\$76,89), 4 (R\$10,82), 5 (R\$18,20), 6 (R\$23,95), 7 (R\$22,30), 10 (R\$5,00), 11 (R\$7,20), 14 (R\$22,96), 15 (R\$0,78), 17 (R\$3,64), 19 (R\$19,90), 20 (R\$25,15), 21 (R\$2,70), 22 (R\$0,75), 24 (R\$3,86), 25 (R\$3,94), 26 (R\$34,38), 27 (R\$97,50), 28 (R\$2,96), 31 (R\$30,00), 32 (R\$99,99), 34 (R\$1,10), 36 (R\$4,88), 38 (R\$37,60), 39 (R\$79,20), 40 (R\$1,45), 41 (R\$4,40), 43 (R\$8,50), 44 (R\$8,89), 47 (R\$11,90), 49 (R\$1,72), 52 (R\$4,90), 53 (R\$24,72), 54 (R\$58,00), 56 (R\$7,80), 59 (R\$4,66), 60 (R\$3,30), 61 (R\$93,00), 64 (R\$29,40) e 65 (R\$35,40).

Deixou-se de registrar preço para os itens 8, 9, 12, 13, 16, 18, 23, 29, 30, 33, 35, 37, 42, 45, 46, 48, 50, 51, 55, 57, 58, 62 e 63.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 28 de novembro de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005806 PUBLICADO NO DOMP Nº 1.865 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018 (PÁGINA 19).**

Extrato da **Nota de Empenho 2018NE005806 de 22.11.2018** do Processo PGJ/10/4221/2018.

Credor: L. F. DE SOUZA – ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2017 - **Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2017**.

Objeto: Aquisição de serviço de impressão de cartaz, tamanho A3, papel couchê fosco ou brilho de 170g/m², impressão em policromia (4x0 cores), acabamento com 5 (cinco) pedaços de fita autocolante dupla face no verso do material (extremidade e centro). Pedido mínimo: 50 (cinquenta) unidades, (item 13).

Valor: R\$ 174,50 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005806 de 22.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005805 DE 22.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4220/2018, PUBLICADA NO DOMP Nº 1.865, DE 27.11.2018, PÁGINA 19.**

Credor: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 28/PGJ/2018 - Ata Registro de Preços nº 9/PGJ/2018**.

Objeto: Aquisição de lâmpada tubular de LED, bivolt, potência igual ou inferior a 20W, fluxo luminoso igual ou superior à 1800 lumens, formato T8, soquete G13, comprimento de 1200mm, temperatura de cor 6000k ou superior (branca fria), vida útil mínima 40.000 horas, 2 anos de garantia contra defeito de fabricação. Marcas de referência: Philips, Osram, Empalux, GE, Luterled, Ultraluz, Ledstar, Pulse, FLC, Avant, Glight, Alper, Taschibra, Aledis ou Golden. Marca: FLC, (item 62).

Valor: R\$ 1.176,00 (um mil, cento e setenta e seis reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005805 de 22.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000159 DE 28.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4302/2018.**

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – **Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018**.

Objeto: Aquisição de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA, (lote 2 – item 2.1).

Valor: R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000159 de 28.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000160 DE 28.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4302/2018.**

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – **Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's, (lote 2 – item 2.2); serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS, (lote 2 – item 2.3).

Valor: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000160 de 28.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000158 DE 27.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3746/2018.**

Credor: DISCAUTOL DISTRIBUIDORA CAMPOGRANDENSE DE AUTOMÓVEIS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 46/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de 20 (vinte) automóveis, marca Volkswagen, modelo Gol 1.6, bicombustível (gasolina e etanol), zero km, ano de fabricação e modelo 2018/2018 ou superior; capacidade para no mínimo 5 pessoas; cor sólida branca ou prata metálica; transmissão manual de 5 marchas à frente no mínimo e 1 à ré; direção hidráulica ou superior; 4 (quatro) portas laterais; air bag duplo; ar condicionado; rodas em aço estampado R14" (polegadas) com calotas integrais ou superior; compartimento para bagagem com o banco em posição normal 285 litros; 2 apoios de cabeça no banco traseiro com ajuste de altura; cinto de segurança laterais traseiros retráteis; desembaçador de vidro traseiro; encosto do banco traseiro rebatível; lavador e limpador de vidro traseiro; limpador do para-brisa com temporizador; painel de instrumentos com conta giros, velocímetro, hodômetro e marcador do nível de combustível; para-choques na cor do veículo; com jogo de tapetes; alarme original de fábrica ou original do fabricante do equipamento, com garantia de no mínimo 12 (doze) meses; película de proteção solar instalada; equipamento de som com rádio AM/FM, CD e MP3 ou superior, instalado de fábrica ou original do fabricante do equipamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo-se alto-falantes. Incluindo ainda todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e demais itens de série do veículo. Garantia de fábrica de no mínimo 3 (três) anos para o veículo, sem limite de quilometragem, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante e/ou licitante (item 1).

Valor: R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000158 de 27.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/PGJ/2018 PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 1.807 DE 29 DE AGOSTO DE 2018 (PÁGINAS 26 A 32) – REPÚBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PGJ/2018-SRP**

**DO OBJETO:** Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais elétricos (cabos, disjuntores, quadros, lâmpadas, etc.).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Cabo de cobre flexível, bitola 35 mm², 0,6/1,0kV, antichama, isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Metro	500	R\$14,00

2	Cabo de cobre flexível, bitola 16 mm², 0,6/1,0kV, antichama, isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Metro	1000	R\$6,50
3	Cabo de cobre flexível, bitola 10 mm², 750V, antichama, isolado, 70°C, PVC, azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	10	R\$355,00
4	Cabo de cobre flexível, bitola 10 mm², 750V, antichama, isolado, 70°C, PVC, vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	10	R\$355,00
5	Cabo de cobre flexível, bitola 10 mm², 750V, antichama, isolado, 70°C, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	10	R\$355,00
6	Cabo de cobre flexível, bitola 10 mm², 750V, antichama, isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	10	R\$355,00
7	Cabo de cobre flexível, bitola 6 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	25	R\$232,00
8	Cabo de cobre flexível, bitola 6 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	25	R\$232,00
9	Cabo de cobre flexível, bitola 6 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	25	R\$232,00
10	Cabo de cobre flexível, bitola 6 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	25	R\$232,00
11	Cabo de cobre flexível, bitola 4 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	100	R\$150,20
12	Cabo de cobre flexível, bitola 4 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR	Unidade	100	R\$150,20

	NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>			
13	Cabo de cobre flexível, bitola 4 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	100	R\$150,20
14	Cabo de cobre flexível, bitola 4 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	100	R\$150,20
15	Cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	150	R\$89,30
16	Cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	150	R\$89,30
17	Cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	150	R\$89,30
18	Cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	150	R\$89,30
19	Cabo de cobre flexível, bitola 1,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	30	R\$57,00
20	Cabo de cobre flexível, bitola 1,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, branco, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	30	R\$57,00
21	Cabo de cobre nu, bitola 50 mm², têmpera meio duro, encordoamento classe 2A, fabricado em conformidade com a NBR 6524. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Metro	500	R\$19,00

22	Cabo de Cobre nu, bitola 35 mm <sup>2</sup> , têmpera meio duro, encordoamento classe 2A, fabricado em conformidade com a NBR 6524. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Metro	1000	R\$13,90
23	Cabo de Cobre nu, bitola 25 mm <sup>2</sup> , têmpera meio duro, encordoamento classe 2A, fabricado em conformidade com a NBR 6524. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Metro	500	R\$9,60
24	Canaleta, fabricada em PVC, medidas: 20mm x 12mm, sem adesivos, cor branca. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP, KSS ou Dutoplast. Marca: Não registrada.	Unidade	1000	Não registrado
25	Canaleta, fabricada em PVC, medidas: 50mm x 20mm, com divisória e sem adesivos, cor branca. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP ou Dutoplast. Marca: Dutoplast. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	1000	R\$17,85
26	Canaleta, fabricada em PVC rígido, medidas: 80mm x 50mm ou 75mm x 50mm, sem adesivos, cor branca. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, KSS ou Dutoplast. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
27	Canaleta de piso, cor cinza, 4 compartimentos, dimensões 92mm x 20mm ou 90mm x 19mm, índice de proteção IP40/IK08. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, KSS ou Dutoplast. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
28	Conjunto de tomada 2P+T, 10A, pino cilíndrico de 4mm, padrão brasileiro, de sobrepor, cor branca, em conformidade com a NBR 14136. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, Radial ou Ilumi. Marca: Ilumi. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	1000	R\$4,70
29	Conjunto de tomada 2P+T, 20A, pino cilíndrico de 4,8mm, padrão brasileiro, de sobrepor, cor branca, em conformidade com a NBR 14136. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, Radial ou Ilumi. Marca: Ilumi. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	100	R\$5,50
30	Conjunto de tomada, 2 x RJ45 cat 6, de sobrepor, cor branca, em conformidade com a Norma ISO 11801 e EIA/TIA 568-A. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, Furukawa, Romazi ou WEG. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
31	Cotovelo Externo, PVC, 50mm x 20mm, cor branca. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP ou Dutoplast. Marca: Legrand. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	100	R\$5,70
32	Cotovelo Interno, PVC, 50mm x 20mm, cor branca. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP ou Dutoplast. Marca: Legrand. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	100	R\$5,70
33	Cotovelo 90° em “L”, PVC, 50mm x 20mm, cor branca. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP ou Dutoplast. Marca: Legrand. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	100	R\$4,40
34	Derivação em “T”, PVC, 50mm x 20mm, cor branca. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP ou Dutoplast. Marca: Legrand. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	100	R\$16,90



35	Fita adesiva acrílica transferível dupla face, largura 12 mm, espessura de 0,8mm ou 1,0mm, cor translúcida ou transparente, de acordo com a norma de durabilidade UL 745 C. Rolo de 20m. Marca: Adere. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	150	R\$21,80
36	Cabo UTP CAT 5e, de acordo com as normas ANSI/TIA 568 C2 e ISO/IEC 11801, cor azul, com 4 pares de 24awg com isolamento de polietileno de alta densidade. Caixa com no mínimo 300m. Marcas de Referência: Furukawa, Nexans ou Draka Prysmian. Marca: Furukawa. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	100	R\$347,50
37	Cabo UTP CAT 6, de acordo com as normas ANSI/TIA 568 C2 e ISO/IEC 11801, cor vermelho, com 4 pares de 24awg com isolamento de polietileno de alta densidade. Caixa com no mínimo 300m. Marcas de Referência: Furukawa, Nexans ou Draka Prysmian. Marca: Furukawa. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	50	R\$715,00
38	Fita isolante em PVC auto extingüível, em conformidade com a norma NBR NM 60454-3-1 e a NBR 5037, cor preta, largura de 19mm, espessura 0,18mm. Rolo de 20m. Marcas de referência: Prysmian, 3m ou Tramontina. Marca: Prysmian. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	500	R\$4,23
39	Fita isolante em EPR (borracha etileno-propileno) autofusão, em conformidade com a norma ASTM-D-4388, cor preta, largura de 19mm, espessura 0,76mm ou 0,80mm. Rolo de 10m. Marcas de referência: Prysmian, 3m ou WURTH. Marca: Prysmian I-10. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	50	R\$13,45
40	Haste cobreada tipo <i>copperweld</i> , núcleo em aço carbono, diâmetro 19mm ou 5/8" (polegadas), comprimento 2,4m ou 3,0m. Marca: Intelli. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.</b>	Unidade	50	R\$21,50
41	Grampo de aterramento, de latão, tipo abraçadeira para haste 5/8" (polegadas). Marca: Intelli. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	50	R\$3,35
42	Parafuso fendido de latão ou estanho, para cabos de 35mm. Marca: Intelli. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	200	3,75
43	Parafuso fendido de latão ou estanho, para cabos de 50mm. Marca: Intelli. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	100	R\$5,30
44	Quadro de sobrepor, em aço carbono, cor bege, com tampa, com barramento incluso tipo trifásico espinha de peixe para até 150A, derivação de 32A, capacidade para 44 módulos DIN. Marcas de referência: Legrand, Tigre, Steck, Olipê. Marca: Legrand. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	10	R\$751,00
45	Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 10A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	20	R\$6,65
46	Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 16A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS.	Unidade.	200	R\$6,65

	<p>Marca: Siemens.</p> <p>Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b></p>			
47	<p>Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 20A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS.</p> <p>Marca: Siemens.</p> <p>Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b></p>	Unidade	200	R\$6,65
48	<p>Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 25A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS.</p> <p>Marca: Siemens.</p> <p>Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b></p>	Unidade	200	R\$6,65
49	<p>Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 16A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS.</p> <p>Marca: Siemens.</p> <p>Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b></p>	Unidade	100	R\$29,00
50	<p>Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 20A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS.</p> <p>Marca: Siemens.</p> <p>Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b></p>	Unidade	100	R\$29,00
51	<p>Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 25A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS.</p> <p>Marca: Siemens.</p> <p>Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b></p>	Unidade	100	R\$29,00
52	<p>Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 32A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS.</p> <p>Marca: Siemens.</p> <p>Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b></p>	Unidade	50	R\$29,00
53	<p>Disjuntor tripolar termomagnético, curva "C", 40A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS.</p> <p>Marca: Siemens.</p> <p>Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b></p>	Unidade	20	R\$39,60
54	<p>Disjuntor tripolar termomagnético, curva "C", 50A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS.</p> <p>Marca: Siemens.</p> <p>Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b></p>	Unidade	20	R\$39,60
55	<p>Disjuntor tripolar termomagnético, curva "C", 63A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS.</p> <p>Marca: Siemens.</p> <p>Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b></p>	Unidade	20	R\$58,00

56	Disjuntor tripolar termomagnético, tipo caixa moldada, frame x 160, 80A, comando manual, ajuste termomagnético fixo, tensão nominal máxima 380V, corrente de curto-circuito de 10kA, padrão norma NBR IEC 60947-2, isolação 690V. Marcas de Referência: Eletromar, WEG ou Steck. Marca: Steck. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	10	R\$241,50
57	Disjuntor tripolar termomagnético, tipo caixa moldada, frame x 160, 125A, comando manual, ajuste termomagnético fixo, tensão nominal máxima 380V, corrente de curto-circuito de 10kA, padrão norma NBR IEC 60947-2, isolação 690V. Marcas de Referência: Eletromar, WEG ou Steck. Marca: Steck. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	10	R\$230,00
58	Lâmpada de LED potência entre 9W e 10W, bivolt, fluxo luminoso superior a 800 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000k ou 6500k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000h ou mais, 2 (dois) anos de garantia contra defeito de fabricação. Marcas de Referência: Luterled, Ultraluz, FLC, Alper ou Aledis. Marca: FLC. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	300	R\$7,60
59	Lâmpada de LED potência entre 12W a 15W, bivolt, fluxo luminoso superior a 1300 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000k ou 6500k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000h ou mais, 2 (dois) anos de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de Referência: Golden, FLC, Kian ou Decorlux. Marca: FLC. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	300	R\$9,75
60	Lâmpada de LED potência: 30W, bivolt, fluxo luminoso superior a 2600 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000k ou 6500k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000h ou mais, 12 (doze) meses de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Empalux, Alumbra ou Ourolux. Marca: Ourolux. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	300	R\$41,20
61	Lâmpada tubular de LED, bivolt, potência igual ou inferior a 10W, fluxo luminoso igual ou superior à 900 lumens, formato T8, soquete G13, comprimento de 600mm, temperatura de cor 6000k ou superior (branca fria), vida útil mínima 40.000 horas, 2 anos de garantia contra defeito de fabricação. Marcas de referência: Philips, Osram, Empalux, GE, Luterled, Ultraluz, Ledstar, Pulse, FLC, Avant, Glight, Alper, Taschibra, Aledis ou Golden. Marca: FLC. Empresa vencedora: <b>CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	1000	R\$14,23
62	Lâmpada tubular de LED, bivolt, potência igual ou inferior a 20W, fluxo luminoso igual ou superior à 1800 lumens, formato T8, soquete G13, comprimento de 1200mm, temperatura de cor 6000k ou superior (branca fria), vida útil mínima 40.000 horas, 2 anos de garantia contra defeito de fabricação. Marcas de referência: Philips, Osram, Empalux, GE, Luterled, Ultraluz, Ledstar, Pulse, FLC, Avant, Glight, Alper, Taschibra, Aledis ou Golden. Marca: FLC. Empresa vencedora: <b>DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</b>	Unidade	2000	R\$16,80

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 21 de agosto de 2018.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****TRÊS LAGOAS****EDITAL Nº. 06.2018.00002560-6**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº. 06.2018.00002560-6 no Inquérito Civil abaixo especificado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002560-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Auto Posto de Combustíveis Maresias

Assunto: Apurar questões relativas à infraestrutura de Auto Posto de Combustíveis nesta urbe, a fim de que sejam cumpridas as diretrizes da Resolução nº 38 do CONTRAN de 21 de maio de 1998.

Três Lagoas - MS, 26 de novembro de 2018.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****IGUATEMI****EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 20/11/2018, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi e o Sr. Paulo Santos Guimarães, proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Macapá, (município de Iguatemi), referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00001771-3, disponível para consulta do conteúdo integral na Promotoria de Justiça de Iguatemi/MS, localizada na Avenida Waloszek Konrad, nº 1276, Centro, Cep: 79.960-000, Telefone (67) 3471- 1176.

Iguatemi/MS, 27 de novembro de 2018

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 20/11/2018, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi e o Sr. Geraldo Perri de Moraes, proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Guavirá, (município de Iguatemi), referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00001774-6, disponível para consulta do conteúdo integral na Promotoria de Justiça de Iguatemi/MS, localizada na Avenida Waloszek Konrad, nº 1276, Centro, Cep: 79.960-000, Telefone (67) 3471- 1176.

Iguatemi/MS, 27 de novembro de 2018

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça

---

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL Nº 0172/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00003090-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003090-9

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Antonio Jorge Bovi

Assunto: apurar a ocorrência de danos ambientais advindos de desmatamento ilegal ocorrido no imóvel rural denominada Fazenda Conquista

Ponta Porã/MS, 13 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0173/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002948-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002948-0

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Baggio & Cia Ltda

Assunto: apurar a ocorrência de dano ambiental consistente no armazenamento e vendas de produtos e subprodutos florestais nativos de diversas espécies e formas sem documento de origem florestal - DOF

Ponta Porã/MS, 13 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0174/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00003089-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003089-7

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Antônio João e Restaurante e Pousada Casarão

Assunto: investigar a atuação do Município de Antônio João com relação à fiscalização das condições sanitárias do estabelecimento comercial denominado "Restaurante e Pousada Casarão"

Ponta Porã/MS, 13 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0179/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2018.00002625-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

PIC nº 06.2018.00002625-0

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): N. F. J.

Assunto: investigar a prática de peculato e falsificação de documentos por servidores públicos e integrantes do Instituto de Qualidade de Vida (IQUAVI) durante a execução do Termo de Parceria n. 001/2013 e eventuais Termos anteriores firmados.

Ponta Porã/MS, 26 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0180/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003838-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003838-9

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Ponta Porã e Cerro Alegre Empreendimentos Imobiliários Ltda

Assunto: acompanhar projeto de aprovação de loteamento urbano em área verde no município de Ponta Porã

Ponta Porã/MS, 26 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0181/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003837-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003837-8

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: acompanhar as medidas adotadas pelo município de Ponta Porã a fim de desocupar área pública invadida localizada na rua Batista de Azevedo, n. 1505, Bairro da Granja

Ponta Porã/MS, 26 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0183/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004048-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> .

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004048-4

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: acompanhar os encaminhamentos da rede de atenção psicossocial e socioassistencial em relação à saúde e vulnerabilidade social da cidadã Neurandi Delmondes

Ponta Porã/MS, 27 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0184/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003059-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> .

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003059-7

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): R. C. B.

Assunto: apurar a existência de eventual situação de vulnerabilidade social de Rodrigo Coronel Barbosa

Ponta Porã/MS, 27 de novembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ITAQUIRAÍ**

---

**RECOMENDAÇÃO N.º 0001/2018/PJ/ITQ**

Autos de Inquérito Civil nº.06.2017.00000773-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaquiraí

Objeto: Nepotismo

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal; artigo 132, III, da Constituição Estadual; artigo 25, IV, “a” e “b” da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993; artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n. 72, de 18 de janeiro de 1994; artigo 44 da Resolução nº 015/2007 - PGJ/MS, de 27 de novembro 2007 e:

CONSIDERANDO que no exercício de suas funções institucionais, incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos serviços assegurados na Constituição da República, visando o resguardo de interesses difusos e coletivos, bem como do meio ambiente (artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, dentre outros princípios, a Administração Pública obedecerá, aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (artigo 37, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos (artigo 4º da Lei n. 8.429/92); ,

CONSIDERANDO que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93, faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação, assim como resposta por escrito;

Considerando que o princípio da legalidade impõe ao ente público agir apenas de acordo com o que determina a lei;

CONSIDERANDO a Súmula Vinculante n. 13 editada pelo Supremo Tribunal Federal, vedando o nepotismo nos seguintes termos: *“a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”*;

CONSIDERANDO que de acordo com os elementos de informação colhidos no curso dos presentes autos de Inquérito Civil 06.2017.00000773-7 restou comprovado que a contratação da servidora Simara Severo (Decreto n. 4.105/2017) decorreu única exclusivamente de seu vínculo de parentesco com o atual Vice-Prefeito de Itaquiraí/MS Geovane Severo, não tendo o Município conseguido comprovar que a mesma possui capacitação profissional diferenciada ou qualquer outro predicado que a coloque em posição de prioridade sobre os demais cidadãos eventualmente interessados na assunção do cargo ocupado;

CONSIDERANDO que a contratação da referida servidora foi objeto de reclamação feita por cidadão do Município diretamente ao Ministério Público conforme se observa do documento de fls. 12/14;

**RESOLVE:**

A) RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Itaquiraí, Sr Ricardo Fávaro Neto, que no exercido de suas funções detém a atribuição de nomear e exonerar ocupantes de cargos comissionados, de confiança e funções gratificadas no âmbito do Poder Executivo, que dentro das diretrizes traçadas na Súmula Vinculante n. 13 do STF, promova a imediata exoneração da servidora Simara Severo, irmã do Vice Prefeito Geovane Severo;

B) REQUISITAR que no prazo de 10 (dez) dias, sejam comunicados os procedimentos deliberados para o atendimento integral da Súmula Vinculante n. 13, informando as medidas administrativas adotadas, com cópia de eventuais atos de exoneração das pessoas que se enquadrem nas vedações ali previstas.

C) Caso não seja acatada a presente recomendação no prazo acima estipulado, assim como não nos seja informado sobre outra eventual decisão por parte de Vossa Excelência, o Ministério Público adotará as providências judiciais adequadas para fazer cessar essas ilegalidades, inclusive acerca da prática de ato de improbidade administrativa.

D) Publique-se no diário do Ministério Público e encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, mediante ofício, com cópia para o Presidente do Poder legislativo local, para que seja dado conhecimento da mesma aos demais Vereadores deste Município, para acompanhamento das providências adotadas pelo Chefe do Executivo, exercendo desta forma a fiscalização atribuída ao Poder Legislativo sobre as atividades do Poder Executivo;

Itaquiraí, 23 de novembro de 2018.

**PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JUNIOR**  
Promotor de Justiça